Ata da Audiência Pública realizada no dia oito de março do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. Por volta das nove horas da manhã, o vereador **BIGA KALAHARE (PT)**, propositor desta audiência, deu boas-vindas aos presentes e informou que essa audiência se destina a tratar da "**LEI ALDIR BLANC**", por força da solicitação feita através do requerimento n° 354/2022, de sua autoria. Na ocasião, parabenizou todas as mulheres pelo dia Internacional da Mulher comemorado na presente data. Ao dar início a audiência, este registrou que a deputada estadual Maria do Carmo Martins (PT) encaminhou um vídeo, o qual foi apresentado aos convidados. Ela parabenizou a iniciativa do vereador Biga Kalahare e destacou a importância da Lei Aldir Blanc e dos deputados estaduais e federais em proporcionar incentivo para o Estado do Pará ao viabilizar projetos das fazedoras e fazedores de cultura. Ao finalizar, parabenizou todas as mulheres pela data comemorativa ao Dia Internacional da Mulher. O vereador **BIGA KALAHARE** registrou que o deputado Airton Faleiro (PT) também encaminhou um vídeo, mas não foi possível apresentá-lo em virtude de problemas técnicos. Ato contínuo, o autor da audiência explanou que o município recebeu R$1,9 milhões em recursos emergências via lei Aldir Blanc em 2022, que foi usado como auxilio emergencial no Estado para fomentar grupos culturais e artistas dos municípios. Relatou que ano passado a lei teve um desdobramento importante e agora os artistas contam com a Lei Aldir Blanc 2 que valerá por mais 5 anos, além da Lei Paulo Gustavo que está em processo de regulamentação no Ministério da Cultura, e que injetará R$3 milhões, sendo 70 % desse recurso destinado ao setor áudio visual. Enfatizou que o motivo desta audiência se aplica em explicar quais os objetivos, como serão repassadas as verbas, e quais os projetos no sentido de ajudar os grupos a darem seguimento em seus trabalhos. Para fazer parte da mesa de debates foram convidados: senhor **JOÃO CARLOS MIRANDA**, representante do seguimento Teatro – Grupo Kauré – Instituto Território das Artes; senhora **LÍCIA MARA**, representante do músicos; senhora **ADELINA CECÍLIA**, representante da Associação das Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós e Caruanas; senhor **CHICO MALTA**, representante do Movimento de Carimbó do distrito de Alter do Chão; senhora **MARIA LÍDIA**, chefe de divisão de planejamento de projeto – SEMC/Artista; e senhor **RAIMUNDO CARLOS MACÊDO JR.**, chefe de Administração e Finanças - SEMC; senhor **RAPHAEL RIBEIRO**, representante do Instituto do Território Artes de Alter do Chão; senhor **CIRO BRITO** – representante da OAB/Santarém; **JÚNIOR SOARES** - diretor da Secretaria de Estado de Cultura; senhora **PRISCILA CASTRO**, representante dos fazedores de cultura do município; senhor **FÁBIO BARBOSA,** representante do Comitê Gestor da Lei Aldir Blanc; senhora **CRISTINA CAETANO**, representante do Comitê de Cultura e Arte. Em seguida, passou a palavra ao vereador **JK DO POVÃO (PSDB)** que destacou estar feliz pela participação da população nesta audiência, e ao mesmo tempo, triste pela ausência dos pares nesta discussão. Frisou que esta reunião é para ouvir e aprender sobre esta lei, e espera que seja uma audiência produtiva. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor **LUIZ ALBERTO (PIXICA)** - Secretário Municipal de Cultura, agradeceu o convite, destacando que está disposto a dialogar sobre a lei Aldir Blanc, acrescentando que ela foi implantada em 2020 e executada até 2022, ajudando muito a classe fazedora de cultura. Registrou que houve um repasse para Santarém de R$ 1.974.157,07 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e sete centavos) em que aplicaram no inciso 2 o recurso de R$ 666 mil, e no inciso 3 aplicaram R$ 477, 00; havendo ainda uma devolução para a origem de R$ 229 mil. Explicou que essa devolução se deu por não aprovação de alguns projetos apresentados, mas a maioria deles foram aprovados e receberam o repasse. Ainda, informou que já foi prestado conta dos recursos, acrescentando que já consta na plataforma do Portal Transparência, datada do dia 31 de dezembro de 2022. Segundo ele, ainda está em vigor essa data de prestação até o dia 31 de julho deste ano, ressaltando que tem pendências de alguns fazedores que cabe notificar e abrir sindicância, se até meados de junho não prestarem conta. Destacou ser importante frisar que todos os projetos não foram analisados pela Secretaria Municipal de Cultura - SEMC, mas por analistas através de um chamamento público para que

estes emitissem o parecer final, o que foi feito. Destacou que se existe algum receito de que os fazedores de cultura não irão receber a Lei Paulo Gustavo e a segunda fase da Aldir Blanc, é um engano, frisando que Santarém está apta a receber os recursos, por isso, estão trabalhando para dar a valorização dessas pessoas, deixando a equipe da SEMC à disposição. Em seguida, foi concedido a palavra ao senhor **JÚNIOR SOARES** - diretor da Secretaria de Estado de Cultura - SECULT, neste ato representando a senhora Úrsula Vidal, Secretária de Cultura do Estado, que disse que esta lei implantada em 2020, criou competências para os estados e municípios, com recursos repassados diretamente da União. Enfatizou que em nenhum momento a forma de aplicação do recurso passou por qualquer gerencia do Estado, pois foi uma norma estabelecida em lei, incrementada no âmbito dos municípios, em sua competência legal. Registrou que implantaram um mapa cultural do estado, que é um tipo de plataforma de cadastro de artistas e nele estabeleceram todos os editais. Relatou que Santarém faz parte desse mapa, por isso, recebeu o recurso investido. Explicou que a lei estabeleceu que o Estado administrasse o auxílio emergencial de R$ 600,00 no epicentro da pandemia, que era o inciso I, e o inciso III que premia através do edital os recursos a serem distribuídos; e os município ficaram responsáveis pelo inciso II que dava apoio a manutenção dos espaços culturais e requeria prestação de contas. Sobre a Lei Paulo Gustavo, registrou que em breve deve ser incrementada e o Estado está se organizando para fazer a implementação no sistema. Destacou que já houve uma lei do Governador Hélder Barbalho no final do ano passado, e em breve estarão colocando a forma de convocação ou escolha dos representantes da sociedade civil na composição do Conselho Estadual de Cultura que está prevista em lei, para tornar o Estado detentor ou aplicador dos recursos junto com o Conselho, com um sistema que prevê o CPF que, provavelmente, possa ser solicitado na Lei Aldir Blanc II, fazendo com que os recursos possam ser melhor aplicados. Concluiu dizendo que o atual governo federal sempre deu importância para área cultural, e precisam ter todos os indicadores para o crescimento no Brasil. Também fez uso da palavra a senhora **PRISCILA CASTRO,** representante do Comitê dos Fazedores de Cultura. Na oportunidade, lamentou a ausência de mulheres na Mesa e a ausência dos vereadores da Casa. Cumprimentou o vereador Biga Kalahare e agradeceu por aceitar o pedido do comitê. Disse que se sente honrada em estar lutando pelos direitos e políticas públicas de sua classe, representando também a comissão dos fazedores de cultura. Frisou que o município é carente em políticas culturais que isso se resolveria facilmente com mais diálogo com os fazedores de cultura. Destacou que o Legislativo e Executivo precisam compreender melhor a importância da cultura para preservação da história e o impacto positivo na economia sustentável. No Brasil, registrou que são mais de 5 milhões de fazedores de cultura, e a economia criativa representa mais de 2,5 % do PIB brasileiro; em Santarém, o exemplo disso é a festa do Sairé. Ressaltou que a Lei Aldir Blanc, como todos os seus pontos positivos e negativos é um exemplo de política cultural descentralizada da qual os mestres e mestras da cultura popular, e trabalhadores desse arranjo econômico poderoso tanto necessitam. Relatou que ela teve iniciativa da deputada Benedita da Silva autora da lei, e coautores Airton Faleiro, além de articuladores Jandira Fegale e Alice Portugal; inclusive, destacou que Fegale é a autoria da lei Aldir Blanc II. Citou que o senador Paulo Rocha foi o autor da Lei Paulo Gustavo e, segundo a ministra da cultura, essa lei será executada antes dos 100 dias do governo Lula. Relatou que teve a oportunidade de gravar o seu primeiro álbum musical a partir da Lei Aldir Blanc, e que a boa política foi capaz de buscar uma alternativa para amenizar o cenário vivenciado em virtude da pandemia. Enfatizou que têm pautas importantes que não podem passar, como a implementação do Sistema Municipal de Cultura, chamado de CPF da cultura com a formação do Conselho e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura, e a elaboração do Plano Municipal de Cultura. Também registrou que se faz necessário uma gestão exemplar das Leis Aldir Blanc II e Paulo Gustavo que juntas trarão somente para o município quase R$ 4 milhões em 2023, sem contar com os recursos estaduais; portanto, faz-se necessário pensar em políticas públicas de incentivo como a Lei Municipal de Incentivo à Cultura aprovado 1996, revogada em 2020, que nunca foi implementada pelo município, que é de entristecer ao analisar que, desde a redemocratização da república, Santarém nunca tratou a política

cultural a longo prazo, e a gestão cultural no município é guiada por uma política de eventos, como se a Secretaria de Cultura fosse apenas realizadora ou promotora de eventos culturais. Propõe como cidadão que esse modelo seja repensado, enfatizando que considera que com a retomada do novo Ministério da Cultura é possível criar políticas públicas que reconheçam a necessidade e importância da existência de Teatro, curso de Artes na Universidade Federal do Pará - UFOPA, um Centro Cultural em Alter do Chão e de museus equipados. Pediu mais respeito e cuidado das nossas autoridades com preservação do patrimônio material e imaterial da cultura santarena. Destacou que não estão propondo uma revolução, mas se dispondo a construir juntos uma cara para a cultura santarena. O senhor **RAFAEL RIBEIRO**, representante do território de arte CineAlter, registrou que o município precisa pensar em alternativas e políticas que possam melhorar a vida dos fazedores de cultura, não tolerando que a gestão pública cuide da cultura apenas apoiando eventos. De acordo com ele, a Secretária Estadual de Cultura, Úrsula Vidal é sensível à pauta e quando ela esteve em Santarém pediram a realização de editais com cota para o interior, ressaltando que, se não fosse essa política de qualidade adotada pela secretária, os recursos teriam ficado muito centralizados na região metropolitana do Estado. Disse que tem um coletivo muito potente nas comunidades ribeirinhas, aldeias, quilombos e várzea; além de riquezas de possibilidade nas áreas de patrimônio material e imaterial, que muitas vezes não são levados em consideração; citou como exemplo, a possiblidade de construção de uma obra em cima do Marco Zero Geográfico da cidade, mas que conseguiram impedir esse grande absurdo. Enfatizou a necessidade de abrir um diálogo amplo com os fazedores de cultura, os grupos folclóricos e demais coletivos na área da música para conseguir alternativas de captação de recursos com os governos federal e estadual, buscar convênios e pensar na articulação com empresas que tenham responsabilidade social e parcerias com entidades governamentais. Frisou que a lei Aldir Blanc vem ensinar que é possível fazer políticas descentralizadas, trabalhar com os três entes da federação, receber, executar projetos e depois prestar contas. Afirmou que acredita que nas próximas edições das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo será possível melhorar os editais para que não seja devolvido recursos. Também, reforçou que acredita ser possível fazer editais com valores maiores e, como fazedores de cultura, estão disponíveis para debater e chegar a soluções. Quanto a Lei Paulo Gustavo, destacou que compreendem como uma grande oportunidade de consolidar os projetos em andamento e investir em novos talentos do audiovisual paraense. Destacou que o seguimento é organizado e que estão planejando uma reunião com a Ministra de Cultura para tratar sobre a questão, pois, terão recursos tanto para produção, quanto para sala de cinema popular. O senhor **FÁBIO BARBOSA**, representante da Comissão do Comitê Gestor Aldir Blanc, registrou que devido a irregularidade do Conselho Municipal de Políticas Culturais, criou-se há três meses esse Comitê com representantes da sociedade civil e também com a participação da Câmara de Vereadores de Santarém que tem uma cadeira que é ocupada pelo vereador Didi Feleol que deveria estar fiscalizando esses recursos, mas, informou que o parlamentar tem se ausentado do compromisso. Sobre o recurso ter voltado, enfatizou não ser incompetência, mas falta de planejamento; segundo ele, a criação do Comitê Gestor é o órgão que deve acompanhar a execução e a prestação de contas, e como membro do Comitê Gestor, desconheciam a informação do recurso devolvido. Registrou que faz quase um ano que solicitaram documentos à SEMC que nunca respondeu, disse que o diálogo e a articulação não têm acontecido na atual gestão, e que dentro desse contexto houve problemas da execução dessa lei, pois os comitês foram convocados após os cadastramentos dos editais na plataforma Mais Brasil, sendo que não conseguiram mais formatar os valores, frisando que os editais são cópias dos editais do Estado do Ceará, que não visou a realidade local. Lembrou que o prazo para o cadastramento na Lei Paulo Gustavo já deve estar ocorrendo na plataforma, senão finalizado; e a Secretaria deveria ter ouvido os fazedores de cultura, pois são eles que sabem onde gastar esses recursos. Destacou a preocupação com a fala da atual Ministra da Cultura, Margareth Menezes dizendo que vai executar a Lei antes dos cem dias de governo, e talvez o município já tenha realizado cadastros na plataforma, repetindo o erro da lei Aldir Blanc. Contou que houve editais problemáticos em que o Comitê Gestor e sociedade civil

tiveram que trabalhar e que no final do ano a Secretaria havia perdido a chave de acesso do Banco do Brasil, o que dificultou o pagamento dos fazedores de cultura que ganharam os editais. Destacou que estavam brigando para que as coisas acontecessem e os recursos saíssem, explicando que muitos dos recursos não saíram por um entendimento burocrático; ou seja, houve uma burocratização imensa por parte dos técnicos, embora todos quisessem que os recursos saíssem de acordo com a jurisprudência. Relatou que a Câmara foi ausente mesmo tendo uma cadeira, na época era a vereadora Maria José Maia que mandou um representante, o qual não foi aceito por se entender que estava havendo a terceirização do representante, e o vereador Didi Feleol que é o atual representante da Casa no Comitê Gestor também não tem participado. Disse que tentaram monitorar o Portal Transparência, observando se o Município prestou contas da lei Aldir Blanc, que não foi aprovada na estância deliberativa legal que é através do Comitê Gestor da Lei Aldir Blanc. Denunciou que foi passado por cima do Comitê, tanto que não sabiam que havia sobrado um saldo que poderia ter sido aplicado em outros projetos. Comentou que deve acontecer a atualização dos representantes do Conselho Municipal de Políticas Culturais, e que a SEMC deveria ter feito a convocatória para o fórum, mas observou que ainda não fez. Disse que essa audiência só está acontecendo porque não sabem onde os recursos foram atribuídos; na oportunidade, fez vários questionamentos e encerrou dizendo que vão continuar lutando por transparência. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** registrou a ausência do vereador Didi Feleol nesta audiência que se encontra com a mãe hospitalizada. Dando continuidade à audiência, passou a palavra à senhora **ADELINA CECÍLIA** - representante da Associação das Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós e Caruanas, que registrou que a Lei Aldir Blanc foi essencial para o grupo que foi contemplado com projetos que possibilitaram o lançamento do álbum musical, o vídeo clipe, uma feira criativa de arte indígena, e uma oficina de troca de saberes com outras mulheres indígenas que também queriam representar o carimbó. Disse que espera que esse recurso chegue para o interior, pois é muita burocracia, principalmente para os povos de dentro da floresta que precisam de mais tempo para construir seus projetos. Segundo ela, muitos não foram contemplados em vista da burocracia e do tempo ter sido insuficiente para a construção. Finalizou pedindo que a lei chegue para o povo das aldeias, para o incentivo de novos artistas. Em Seguida, o vereador **BIGA KALAHARE (PT)** convidou o vereador Josafá Gonçalves (PL) e a ex-vereadora Odete Costa para fazerem parte da Mesa. Foi concedida a palavra ao senhor Mestre **CHICO MALTA** do movimento de carimbó do Distrito de Alter do chão. Na ocasião, ele saudou os representantes da cultura e, em seguida, fez um relato de uma história vivenciada na Bahia, em que o objetivo na época, do governo baiano era ultrapassar o estado do Rio de Janeiro com projetos aprovados. Deu ênfase ao nível de preocupação, envolvimento e de diálogo do governo baiano na época, ressaltando que sente falta desse compromisso no trabalho de formação, na elaboração dos projetos e na capacidade de prestar contas, dizendo que esse seria um exemplo para outras Secretarias e municípios seguirem. Registrou que já trabalhou em várias comunidades da região, e sabe que há artistas nessas comunidades, inclusive, informou que fizeram um levantamento histórico desses artistas que não estão inseridos por falta de conhecimento ou por não ter um grupo que os ajudem na elaboração de projetos. Lamentou o retorno do recurso, pois sabe o quanto o povo anseia por esse apoio. Enfatizou a importância de dialogar, organizar e caminhar juntos para fazer de Santarém esse potencial que é a cultura. A senhora **VANESSA** representante do grupo Caruanas, registrou que é produtora e que também faz parte do audiovisual. Falou como a lei Aldir Blanc incentivou a sonhar e realizar seus projetos, reforçando que se sente contemplada por todos que falaram, principalmente pela fala da representante Priscila Castro, quando se refere a grande demanda. Refletiu a questão de estarem mais presente nessas discussões, porque precisam de incentivo, visto que tem artistas bons que merecem receber esses recursos. O vereador registrou a presença do vereador Júnior Tapajós (PL), em seguida, convidou para fazer uso da palavra a senhora **LÍCIA MARA**, representante dos músicos de Santarém, que na ocasião, disse ter sido contemplada com dois projetos pela lei Aldir Blanc no momento difícil da pandemia, porém, frisou que houve pessoas que não conseguiram e tiveram dificuldade de entrar nesse projeto, observando

que os músicos precisam ter acesso a essa ajuda financeira. Em seguida, fez uso da palavra o senhor **JOÃO CARLOS** representante o grupo teatral Kaué, o Movimento de Teatro e da Associação de Teatros em Santarém – ATAS e o Instituto e Território das Artes - ITA. Afirmou que foram contemplados com a lei Aldir Blanc que os possibilitou trabalhar com condições durante a pandemia, entretanto, falou que a luta por recursos e por incentivo vem de longa data, um exemplo é a ATAS que pede a construção de um teatro devidamente equipado, pois o que se tem não apresenta estrutura minimamente necessária. Além do teatro, frisou que precisam também de outros espaços como praças que precisam ser dadas as devidas manutenções, existe o espaço Pérola do Tapajós que está impossibilitado de receber qualquer tipo de evento, o Ginásio ainda está em processo de construção e também não é um espaço acessível para o setor cultural. Pediu que o setor público olhe para essa área que, segundo ele, é pouquíssimo aproveitada, reforçando a necessidade de incentivo e planejamento, porque as vezes as ações parecem descoordenados pelos órgãos competentes, acrescentando que grandes eventos são importante, mas que não se perpetuam se não houver uma base, incentivo do ensino das artes nas escolas, o que compete também em outras secretarias e que é preciso aproveitar economicamente o potencial que Santarém tem na esfera cultural. Destacou que é preciso ter um trabalho interligado de base, pediu sensibilidade pois os artistas são trabalhadores como outros, mas que, infelizmente, o artista ainda é visto como alguém que não trabalha. Voltou a reforçar a necessidade de ter lugar e espaço adequados para fazer cultura, fazendo um apelo por editais que contemplem a produção, diluindo esse recurso, pois não tem como conseguir sustentar um teatro com mil reais, também reforçou o apelo pela regularização e implementação do Conselho de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura. Finalizou sua fala pedindo dignidade aos fazedores de cultura. Ato contínuo, fez uso da palavra, a senhora **CRISTINA CAETANO** que disse que essa temática tem sido muito trabalhada na atualidade nas redes e mídias sociais, e que os fazedores de cultura vêm de uma luta de décadas pela falta de infraestrutura. Disse que quando se fala que representação é importante, tanto para os fazedores de cultura, quanto para a SEMC, é importante observar que o trabalho em equipe precisa se abrir tanto para as pessoas que gostam quanto para aquelas que não gostam. Registrou que se sente ferida por fazer parte de um movimento cultural e as pessoas não a chamarem para participar, enfatizando que os fazedores de culturas devem respeitar seus pares. Na ocasião disse que só soube dessa audiência por um convite. Pediu respeito por sua história que está deixando muita coisa para vir falar em nome do coletivo, e quando vai para o embate, vem lutar pelo povo da cultura, uma exceção ao bolsonarismo que despreza o povo da cultura e, para ela, quando se entra no mesmo grupo do Bolsonaro, está contra a cultura, frisando a necessidade de avaliar esses pontos. Registrou que falou com o secretário e o questionou sobre a prestação de contas, que não chega para bater nas costas dele, pois sabe de sua responsabilidade como gestora de cultura, não trabalha só para si, pois política cultural é como uma missão. Disse que quando há um evento, o Movimento Arte Cultura chama todas as instituições para que participem da conversa, tem que dar espaço para todo mundo porque não adiante cobrar do governador, precisam dialogar juntos. O senhor **JACKSON MATOS**, representante da UFOPA, lamentou saber que a cultura havia devolvido um dinheiro tão caro, destacando que é preciso que isso seja ajustado. Disse que os fazedores de cultura em Alter do Chão não estão mapeados, solicitando atenção a essa questão, pois precisam também ser contemplados com a Lei Aldir Blanc. Relatou que a UFOPA já fez vários debates, reuniões para que pudessem dar funcionamento ao Conselho Municipal de Cultura, mas ainda não conseguiram colocar essa representatividade para funcionar, pois não é só da lei que precisam, mas também de espaço. Informou que através do HGTAP, tiveram que entrar com uma ação no Ministério Público Estadual porque queriam construir na praça da Matriz um camelódromo e essa praça é um local de maior importância histórica para o município, pois, o arqueólogo Eduardo Goes Neves da USP, reafirmou que Santarém é a cidade mais antiga do Brasil, portanto, não dá para aceitar que seja construído um camelódromo no local, sugerindo que poderiam colocar para funcionar no lugar, um espaço de bioeconomia, fazer um centro de interação cultural da Amazônia com outros estados, certamente, cumprindo a lei, teria sido aprovado. Lamentou que o espaço que poderia ser de

ressignificação esteja abandonado. Ao final deixou seu questionamento referente ao que se pode fazer para trazer mais recursos e fazer funcionar a cultura em Santarém. A Senhora **ROSILEI PEDROSO**, representante do grupo de dança Conquista de Carimbó, agradeceu e registrou que foram aprovados na primeira fase da lei Aldir Blanc. Relatou que os grupos de carimbó não têm seus espaços públicos, mas com a lei conseguiram um espaço próprio. Na oportunidade, questionou sobre o porquê receberam apenas 9 mil, dos 10 mil contemplados na lei, solicitando informação do destino final desse recurso. O secretário **ALBERTO PIXICA** - SEMC, respondeu que esse valor é referente ao imposto de renda retido na fonte, o repasse da Aldir Blanc foi descontado e está dentro do projeto e da publicação na plataforma Mais Brasil. Em sequência, fez uso da palavra o senhor **JACKSON AREZO** - representante do Sambatuque, relatou da sua trajetória na dança, mas que atualmente é músico. Contou que já foi professor de carimbó, swingueira e outros, mas houve um tempo que desanimou da dança, porque não eram valorizados. Contou que anteriormente ganhavam R$ 4 a 5 reais para estarem nos sábados dando aula de carimbó, boi-bumbá, para apresentar uma festa legal no período junino. Ao longo dos anos foi sendo valorizado, e chegou a trabalhar nas escolas são Francisco e Pedro Álvaro Cabral; atualmente faz parte do grupo "Sambatuque", que tem fim social, realizando um trabalho no Bairro Salvação. Destacou ser necessário haver políticas sociais nas escolas, lembrando do projeto Esporte e Lazer; na oportunidade, questionou o porquê de não retornar com este projeto, por fim, solicitou políticas públicas que possam levar a musicalidade, dança e teatro para dentro das escolas. O senhor **VALDIR**, representante de grupo folclórico, relatou sua trajetória na cultura, em seguida, lamentou e disse ser injusto ter que fazer feijoada para conseguir recurso para sustentar o grupo. Disse que esse ano o secretário de Cultura ajudou a sua quadrilha, agradecendo aos vereadores que também colaboraram. Questionou a falta de um planejamento para ajudar o festival folclórico, porque se não fossem esses grupos folclóricos de Santarém, Alter do Chão não teria um festival. Registrou que passaram para receber a Lei Aldir Blanc, mas foram cortados. Queixou-se do secretário e vereadores que, quanto vão montar um comitê, colocam quem não é do movimento para participar e que são mais de 60 grupos, mas apenas 32 disputam o festival. Relatou que sua quadrilha passou, mas na hora de somar tiraram – na, dessa forma, foi procurar onde errou, mas ninguém lhe deu a explicação devida. Finalizou perguntando se a lei teria como chegar a ser investida no festival. O secretário **PIXICA** - SEMC, respondeu que a secretaria tem trabalhado com o movimento folclórico desde 2017, afirmando que esse seguimento sempre teve o apoio desta pasta. Quanto a questão de disponibilizar o recurso da lei Aldir Blanc para o festival folclórico, respondeu ser dependente de projeto, pois não se pode direcionar recursos diretamente para o festival. Segundo ele, é necessário construir projetos, e o princípio elementar para conquistar o recurso é a legalização das instituições; sendo legalizadas, a secretaria já se dispôs inclusive a levar equipes técnicos em Alter do chão. Citou que na Lei Aldir Blanc I, a SEMC disponibilizou uma equipe para orientar, fazer os projetos e essa ação continua por parte da secretaria. Reiterou que estão abertos ao diálogo e que se quiserem receber recursos da Aldir Blanc precisam se legalizar. A senhora **TAINÁ** agradeceu o vereador Biga Kalahare pelo espaço, registrando ter se sentindo contemplada na fala do mestre Chico Malta. Na questão de capacitação frisou que esse é um dos pontos que gostaria de direcionar ao secretário, argumentando que muitos daqueles projetos que não foram aprovados, não estavam de acordo com as regras, porque não havia conhecimento, além disso, não existem só fazedores de cultura na cidade, mas também dentro dos quilombos, dentro das aldeias e que precisam que essa capacitação chegue até eles. Pedindo a palavra, pois precisará se ausentar da sessão, o vereador **JK DO POVÃO (PSDB)** disse que se sente feliz pelas falas de seus antecessores e que vem tentando buscar melhorias para a cultura. Afirmou que também vem tecendo críticas ao secretário em relação ao Carnaval, porém, disse que iria defendê-lo nesse momento, pois o secretário tem boa vontade, apesar de não ter autonomia e recursos financeiros. Destacou que esse problema não é exclusivo da SEMC, mas atinge outras secretarias como as de Turismo, Esporte e Laser e outras pastas. Acrescentou que o diálogo é importante, só que esse diálogo vem se estendendo por décadas e até o momento não se vê nada

de concreto. Para o parlamentar, o problema está na gestão municipal, pois, argumentou que, enquanto não tiver um gestor que goste e que seja comprometido com a cultura santarena, ela não vai avançar. Prosseguindo à sessão, o vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** falou da necessidade de adaptação quanto ao processo de acesso aos recursos públicos destinados a cultura. Informou que é presidente da liga do São Raimundo e que sempre brinca que, para gostar de futebol ou qualquer outro evento de cultura, faz-se necessário gostar muito daquilo, pois, às vezes, acabam usando recursos próprios. Lembrou que anteriormente os times de futebol tinham investimento público direto, mas com o Marco Regulatório isso não pode mais acontecer. No caso da cultura, é quase a mesma situação, todavia o setor cultural ainda tem os editais, que cabe se organizar e se inscrever para se estar apto a receber esses recursos. Em seguida, o parlamentar fez uma autocritica aos gestores e se incluído também como vereador, afirmou que é preciso melhorar o orçamento municipal destinado a cultura, disponibilizando editais para que os fazedores de cultura também possam concorrer a recursos no âmbito municipal federal e estadual. Logo em seguida, a senhora **ODETE COSTA**, ex-vereadora da Câmara Municipal de Santarém, disse que já vem lutando há várias décadas por um espaço, não somente espaço físico, mas principalmente um espaço onde os fazedores de cultura tenham respeito, dignidade, pois é isso que faz com que as civilizações permaneçam na memória. Recordou que no governo anterior do presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura, mas na atual gestão esse ministério foi retomado. Informou que que no dia 15 de março está agendada uma audiência com os fazedores de cultura do Estado do Pará e seria importante que os representantes da cultura santarena estivessem presente nesta audiência. Concluindo sua fala, disse que espera sair deste debate com pautas bem definidas e sugeriu a criação de oficinas divididas por regiões para que a Secretaria de Cultura possa dar orientações sobre os editais e evitar o retorno de recurso. Fazendo uso da palavra, o vereador **JOSAFÁ GONÇALVES (PL)** informou que anteontem aconteceu uma reunião com grupos folclóricos de carimbó e demais seguimentos**,** onde discutiram o fato de não poder haver desunião entre eles. Observou que é importante haver organização e principalmente a legalização, também frisou que não haverá recursos públicos suficientes para atender toda demanda, no entanto, legalizando-se com CNPJ facilitaria bastante a conquista de recursos da iniciativa privada. Observou que no final de ano será votado a Lei Orçamentária, e que neste ano o orçamento da prefeitura de Santarém só ficou atrás do orçamento da capital, ou seja, o município teve um orçamento bem alto, por isso, é preciso união dos fazedores de cultura para que sejam destinados mais recursos para esta área quando for votado a próxima Lei Orçamentária. Outra questão levantada pelo parlamentar é referente aos grupos folclóricos que existem há 30, 40 anos se apresentando no município, mas que não tem um reconhecimento por parte do poder público. Frisou que esses grupos precisam ser reconhecidos como utilidade pública para serem valorizados e preservados. Em seguida, foi concedida a palavra, a senhora **ELIS LUCIER,** representante circense, que saudou a todos aqueles que fazem arte circense e agradeceu pela oportunidade de estar nesta audiência. Pediu por mais espaços abertos para realização de espetáculos circenses, em seguida, agradeceu a todos aqueles que colaboraram, orientaram na sua elaboração e inscrição no edital do projeto da Lei Audi Blanc. Na sequência, fez uso da palavra senhor **CIRO BRITO –** Presidente da Comissão de Promoção e Igualdade Étnico e Racial da OAB/ Subseção Santarém, que parabenizou o vereador Biga Kalahare pela propositura desta audiência em seguida, citou uma frase da senhora Adelina "O recurso que voltou poderia chegar dentro da floresta" referindo-se ao recuso da lei Aldir Blanc que retornou. Enfatizou a importância da presença do secretário de cultura neste debate em que muitas propostas foram colocadas e um certo balanço foi feito. Esclareceu que a posição da OAB é pela promoção do diálogo e que não cabe tomada de decisão. Frisou que essa lei é fundamental em termos econômicos para o município e por conta disso, o retorno do recurso não é positivo nem para o município e nem para os fazedores de cultura; entre as demandas que chamam mais atenção, destacam-se a questão da transparência; a maior participação social; a infraestrutura para cultura, no que se refere ao Teatro Vitória; composição do Conselho Municipal de Cultura; estabelecimento do Fundo Municipal de Cultura e elencar essa

porcentagem; e a capacitação para disputa dos editais e apoio na legalização. Por isso, enquanto OAB, coloca-se à disposição na promoção do diálogo, afirmando que confia nesta Casa Legislativa e na promoção de alternativas, bem como o Poder Executivo na gestão e que hoje esses insights que foram dados serão transformados em encaminhamentos profícuos para Santarém tomar a posição de protagonista em termos de cultura e turismo. Encerrou sua fala, informando e convidando os presentes para uma reunião nesta tarde na OAB com os grupos, movimentos e seguimento dos povos indígenas. Na sequência, o vereador **BIGA KALHARE (PT)** informou que vão agendar uma reunião para criar uma comissão para que possam ficar por dentro do que vai acontecer. Em seguida, a senhora **AMANDA** – seguimento audiovisual, fez a pergunta referente aos dois tipos de registros que são requeridos na maioria dos editais, dirigindo-se ao representante da Secretaria Estadual de Cultura, para quem questionou sobre os registros de produto audiovisual brasileiro, também o registro na biblioteca nacional. Destacou que, como fazedores de cultura da região do Baixo Tapajós, há uma grande dificuldade de conseguir esses registros, porque a sessão regional mais próxima fica em Belém, e a busca pelo registro provém da demanda do edital, por isso, se a lei Aldir Blanc e a lei Paulo Gustavo chegarem com esses pontos que são necessários, questionou qual seria a forma de conseguir esses registros de modo mais rápido? Disse entender a importância deles como uma forma de salvaguardar os trabalhos, as metodologias. Logo após, direcionou outro questionamento ao secretário municipal de cultura referente a data de realização da Conferência de Cultura Municipal que deve ser encabeçada pela Secretaria de Cultura; assim como a prestação de contas da Lei Aldir Blanc. Em resposta ao questionamento anterior o senhor **JÚNIOR SOARES** - diretor da Secretaria de Estado de Cultura, registrou que estranhou o fato de estarem sendo exigidos esses dois registros, porque são registros de direito autoral, porém disse que irá consultar a Fundação Cultural do Pará para saber porque foi exigido essas documentações em seu edital. Comprometeu-se a dialogar com a secretária Úrsula Vidal para que chame o novo presidente da fundação para que nos futuros editais pelo menos não se tenha isso na lei Aldir Blanc e na Lei do Paulo Gustavo que vem pela frente. Aproveitou a oportunidade para informou que em breve será inaugurado o Centro Cultural e que a Feira do Livro deve acontecer no segundo semestre em Santarém. Destacou que todos sabem que o recurso da cultura sempre foi muito escasso, talvez por falta de observação do próprio poder público do imenso potencial da cultura. Ressaltou que os editais por mais que sejam uma forma democrática, são uma concorrência pública, por isso, os fazedores de cultura precisam ter noção de empreendedorismo e capacitarem-se para não ficarem para traz. Em seguida, o Secretário Municipal de Cultura, **ALBERTO PIXICA** disse estar confiante com a retomada do Ministério da Cultura depois de quatro anos extinto, e que tem certeza que terá boas notícias para essa área. Com relação as conferências, todas as orientações já foram dadas e a Secretaria do Estado já está analisando a possibilidade de construir um espaço cultural em Alter do Chão. Em seguida, o vereador Biga Kalahare informou que o senhor **RAFAEL RIBEIRO** apresentará alguns ENCAMINHAMENTOS: um prazo para a implementação do Fundo Municipal de Cultura, e a inclusão de emenda ou revisão da lei do Sistema Municipal de Cultura para que possam inserir uma porcentagem do orçamento municipal na Lei de Diretrizes Orçamentárias destinando recursos para o Fundo; orçamento para editais municipais; estrutura e reforço por parte da Secretaria Municipal de Cultura no atendimento dos fazedores de cultura das periferias e das comunidades originárias; fazer um amplo debate sobre a Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc II; dar publicidade a prestação detalhada dos recursos da Lei Paulo Gustavo I; reabilitação e disponibilização do espaço Pérola do Tapajós para atender projetos teatrais; e fortalecimento dos pontos de cultura digitais nos vários segmentos dos fazedores da região. Logo após, o vereador **BIGA KALHARE (PT)** agradeceu a presença de todos, dando por encerrada esta audiência. E, para constar, mandou lavrar a presente ata, que traz em anexo a lista de frequência desta audiência, que vai assinada por todos os participantes.

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

FREQUÊNCIA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A LEI ALDIR BLANC, realizada no dia 08/03/2022
AUTORIA: VER. BIGA KALAHARE (PT)

NOME/INSTITUIÇÃO	
Luis Augusto Alves Figueira	- SEMC -
Raimundo Carlos de L. Macêdo Jr.	- SEMC
Regia Maria A. Caetano	
Helyé Iverson O. Sousa.	
Rudson Soares Félix	O. Junina Caipira
Marcela Ferreira	O Junina Caipira
Igor Gentil	Junina Caipira
Meire Oliveira	Juninas Caipiras
Rosely Pedroza	Conquista de Corumbo
Carlos Santos	Conquista de Carimbo
Eduarda Costa	
Debora Marcico dos Santos	Design - Malunga - PA
Raissa Amazonas Camargo	Estudante / artista.
Nailon Magno de Amor	
Edson Rodrigues	Carimbó do Pará
Vanessa Marcos	Produção cultural
Amanda Paça.	Audiovisual.
Izequias Vasconcelo	REGATÃO
Tonico Silva	REGATÃO
Jackson Bruno	Sambaturgeu.
Adelina Cátia Vieira de Oliveira	Sonhos do Tapajós
Deniborn de Assis	Movimento Carimbó Costa Boca
Waldir Costa Lima	EXPLOSÃO SANTARENA
Romario Santos	Encanto do Tapajós
Afonso do Santos Lima	Encanto do Tapajós
Karly Andrea Marques	Encanto do Tapajós
Maria Francicleia Dias Nogueira	Autônoma Santarém/PA (Amazônia - Brasil)
Fagner Silva dos Santos	Câmara Municipal Santarém
Denise Marrale	Rep. Dep. Maria
Rodrigo da Silva Oliveira	Gab. Ver. Biga.

Maria Lidia Aires de Mendonça - SEMC/Artista
Claudia do Rosário Vilasboas - Produt. Cultural.
Amarildo Brito
Mariana Mallysa Malheiros de Araujo - Mov. de Carimbó
JULIANA LEIS BALSALOBRE - LAS CABAÇAS - CIRCO.
Gliciane da M. Aviste - Sedução de Carimbó
Vito de Sousa Pedrosa - Sedução de Carimbó
Fabio Alexandre da S. G. - Festa de Carimbó
Maraya da S. Machado - GAB. MARIA DO CARMO
Simão Pantoja Sedução de Carimbó
Isailson Duarte Teixeira
Roseli de Fátima dos Santos Castro.
Jenin Soares - SECULT - PA
Prisala Castro - mov. fazedores de cultura
Raphael Ribeiro - movimento de fazedores - Instituto Território das Artes.
João Carlos Rêgo Miranda - Grupo Kauré - Instituto Território das Artes.
Joyce Viana - fotógrafa
Walterim Maria Cardoso PROJETO PANDAFC
Anderson Pereira NPDAFRO
Alexandre [illegible]
Jenna Valeria A. de Sousa - Escritora
Maria Dolores Lima de Araujo
Gian Mario do Carmo Araujo
Júlio de O. Barbosa - Fazedores e fazedoras de cultura de STM
Hugo Almeida - Músico - violonista
Carlos Henrique Silva de Sousa - UEPA
Jardel M. Pereira Capoeira Iguana-Verde (M. Perna)
Adriane P. Gama - mov. fazedores de cultura.
Joseph G. S. Pierre - JOW PIERRE
Tainan Kumaruara
Ines C. de Sousa
Jackson Rêgo Mafra - UFOPA/IST/ICT
Elisan Cesar - El puxirum.
Encias S. de Sousa

Ayrton Senna Marcião / Juventude Presente
Danilo Senna Marcião / Juventude Presente
Renan Gabriel dos Santos Pereira / Juventude Presente.
Stephanie Souza Viana / Juventude Presente
Diógenes Renato William Guimarães Melo
Elis Lucien R. Barbosa. Projeto Saúde e Alegria. CIRCO
DJALMA MOREIRA LIMA. COMUNIDADE SURVAVA
Yeome Calderaro Vinhote Canto.
Andrew Salgado / Produtor musical
Mayra Riany da Silva Oliveira / Juventude Presente.
Vivo Santana Rodrigues
Tamara Habib Sare - GT ALTER
João Pedro Augusto de Paula e Albuquerque.
Antonio Santana
Jordan Carlos da Silva Costa
[illegible]
Nielson Lopes dos Santos - Folclore / Carimbó / Bailado de Carimbó
Marlon Lopes / Produtor Cultural
Thaís Roberta Lima Rabelo - ouvinte
Ricardo Ortiz
Kathellem Guellem Gouvêa Mota capoeira Angoral
Lucas Gustavo do Melo P.
José Agudo Aguiar
Adria Natashi - Santarém - Campos
Maria Isabel Silva Castro quadrilha Humorística
Aládio Mourão Sirotheau — MÚSICA
Pedro Yan S. de Castro — MÚSICO
CIRO DE S BRITO - OAB SANTARÉM
Odete Costa
Elvira Aleixo - Teatro
Anderci Leão - Fapojoara
Paulo Cidrial - Dir. Prod. Artística
Nilo Aleixo Jan Art. Plástico